

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 31.07.2023

Economia comunitária

O Governo tem dado grande importância ao desenvolvimento do turismo comunitário e à revitalização da economia comunitária, e lançou, neste ano, vários planos e medidas, por exemplo, introduziu novos dispositivos tecnológicos no "Arraial na Ervanários 2023", planeou uma zona pedonal na Rua da Felicidade e subsidiou 42 projectos para promover o turismo e a economia comunitários. O Governo está disposto a adoptar diversas novas medidas para atrair o consumo de turistas nos bairros comunitários, o que merece o nosso reconhecimento.

O turismo e a economia de Macau estão a recuperar gradualmente. O número total de visitantes recuperou para cerca de 60% em relação aos níveis pré-pandemia, mas, entretanto, registaram-se novas mudanças quer na economia quer no modelo de consumo dos visitantes, ao que se junta o impacto do ambiente externo e das políticas macroeconómicas, por isso, segundo muitas PME, embora o número de turistas seja maior do que durante a epidemia, não beneficiam muito disto, e algumas delas até afirmam que a concorrência é maior e que o negócio está mais difícil, portanto, existem ainda grandes dificuldades e desafios para se injectar água viva nos bairros comunitários de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. A implementação do plano da zona pedonal na Rua da Felicidade vai aumentar, inevitavelmente, a pressão do trânsito nas zonas envolventes, afectando as deslocações dos moradores e a carga e descarga de mercadorias dos comerciantes da zona. Espera-se que os serviços competentes dialoguem com as partes interessadas, equilibrem as suas opiniões e ponderem sobre a implementação, a título experimental, deste plano nas ruas e travessas de menor impacto, e que o vão implementando, gradualmente, até à sua totalidade. Aliás, devem planear e divulgar, com antecedência, a organização do trânsito na zona em causa, elaborar planos de contingência para responder às situações de emergência e prestar atenção à situação do trânsito, com vista a reduzir os impactos para o público.

2. Nos últimos anos, foram criadas muitas atracções turísticas, nomeadamente a Antiga Fábrica de Panchões Iec Long, a Vila de Nossa Senhora em Ká Hó, os Estaleiros de Lai Chi Vun, e a Exposição de Realidade Virtual nas Ruínas de São Paulo. Espero que o Governo continue a aperfeiçoar os transportes para estas atracções, e introduza novos elementos, para aumentar a atractividade. Há que rever e otimizar os itinerários no âmbito das iniciativas Uma Passeata pelas Ruas de Macau e Sentir Macau passo-a-passo, há que definir novos percursos, e há que reforçar a divulgação e a promoção.

3. Vários turistas tendem a usar os meios inteligentes para obter informações e planear os transportes e viagens, portanto, os megadados assumem um papel muito importante no turismo comunitário. O Governo deve aproveitar bem os megadados para promover o desenvolvimento do turismo inteligente, liberalizando mais megadados para o acesso quer do público em geral quer das empresas e em tempo real, por forma a satisfazer, com maior

precisão, as necessidades individualizadas dos turistas. Em especial, deve reforçar o apoio às PME na sua optimização e transformação, para que estas possam participar nos benefícios resultantes do desenvolvimento da digitalização.

4. O Governo lançou vários projectos para revitalizar os bairros comunitários. É necessário proceder, periodicamente, a estudos e a avaliações dos resultados, para saber como é que isto vai contribuir para a exploração das PME dos bairros comunitários, para a economia dos bairros comunitários e para a dispersão dos pontos turísticos mais procurados. Espera-se que o Governo recorra a estes dados para, em tempo oportuno, rever e ajustar os diversos planos, bem como para verificar os objectivos de eficácia alcançados e se os gastos do erário público são razoáveis.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 31.07.2023

Aperfeiçoar o mecanismo de ajustamento das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, para elevar o moral da equipa e promover a eficácia das acções governativas

Os trabalhadores da função pública são uma base importante da acção governativa, e as ideias, políticas e medidas do Governo são concretizadas através dos serviços que estes prestam. Devido ao impacto da epidemia, o Governo adoptou medidas de austeridade e congelou os salários destes trabalhadores durante três anos consecutivos, mas estes continuaram a desempenhar fielmente as suas funções e a assumir com coragem as suas responsabilidades, lutando contra a epidemia e ultrapassando as dificuldades em conjunto com todos os sectores da sociedade, por isso, merecem elogio e reconhecimento da sociedade. Durante este período, muitas associações de trabalhadores da função pública esperaram o louvor do Governo aos seus trabalhadores, o Governo manifestou o seu acordo com isto, só que não lhes atribuiu qualquer recompensa concreta.

Hong Kong anunciou, recentemente, os aumentos salariais da função pública para este ano, de 2,87% e 4,65%, e houve aumentos nos dois anos após a epidemia. Apesar da situação de Macau ser diferente da de Hong Kong, tendo em conta a recuperação económica de Macau e a pressão causada pela inflação e pelo aumento das taxas de juro na vida quotidiana da população, sugiro ao Governo que aumente os salários dos trabalhadores da função pública no próximo ano, para aliviar a sua pressão, manter o seu poder de compra num nível razoável, estimular o seu moral e servir de exemplo para a actualização salarial dos trabalhadores das empresas privadas.

Como se sabe, o ajustamento salarial dos funcionários públicos de Macau segue um mecanismo e a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública tem um papel importante, tem como competência estudar e fixar os princípios fundamentais, critérios e procedimentos para o ajustamento salarial; estabelecer e supervisionar o início dos trabalhos de análise do nível das remunerações; fixar o nível do ajustamento salarial, de acordo com as análises periódicas dos níveis das remunerações; apresentar sugestões para o melhoramento da estrutura e do mecanismo de ajustamento salarial dos funcionários públicos, etc.; e dispõe de mecanismos permanentes de consulta para recolher opiniões e sugestões das associações de funcionários públicos sobre os ajustamentos salariais, designadamente através de reuniões entre estas e os SAEP. As opiniões e sugestões apresentadas nessas reuniões são também, depois de organizadas e analisadas, remetidas à Comissão para referência.

Quando a Comissão faz as suas recomendações de ajustamento salarial, tem em conta o ambiente económico, a situação financeira do Governo, as tendências salariais do sector privado, a inflação e as opiniões dos funcionários públicos, mas as propostas finais dos ajustamentos recomendados e respectivos fundamentos nunca são divulgados, portanto, há que reforçar a transparência. Em Hong Kong, aquando do ajustamento salarial dos funcionários públicos são também tidos em conta diversos factores e analisadas ao detalhe as mudanças destes factores, e as propostas finais são divulgadas, prática esta que merece

servir de referência para Macau.

Segundo o Relatório do Inquérito sobre o Valor do Trabalho dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, divulgado pela Federação das Associações dos Trabalhadores da Função Pública de Macau e pela Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Origem Chinesa, as relações interpessoais e os rendimentos do trabalho são os factores mais valorizados, portanto, o ajustamento salarial tem um grande impacto no moral dos trabalhadores! No dia 29 de Junho, realizei um inquérito no WeChat, e, até 27 de Julho, 94,5 por cento dos 7215 inquiridos concordavam com o aumento salarial dos trabalhadores da função pública, o que demonstra que a população em geral e os trabalhadores da função pública estão atentos e preocupados com este assunto. Espero que o Governo continue a rever e a aperfeiçoar o mecanismo de ajustamento das remunerações dos trabalhadores da função pública, reforce as funções da Comissão de Avaliação das Remunerações, aumente a transparência, assegure o direito à informação da sociedade e dos referidos trabalhadores em particular, e eleve a estabilidade e a coesão da equipa da função pública, para aumentar a qualidade dos serviços e a eficácia da governação.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 31.07.2023**Rever a política de “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”**

A política de “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” foi lançada no dia 20 de Dezembro do ano passado e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro deste ano. De acordo com as informações divulgadas, até agora, o sistema registou mais de 44 mil inscrições. Mais de 25 mil condutores e cerca de 20 mil veículos já concluíram as formalidades necessárias para a passagem fronteiriça. A “circulação de veículos de Hong Kong na província de Guangdong” começou também no dia 1 de Julho, assim, nos feriados e fins-de-semana, o número de passagens ultrapassou as 5 mil por dia. A dificuldade de se conseguir uma das duas mil vagas diárias para a passagem fronteiriça demonstra o grande interesse da população por essa medida que, de facto, facilita a deslocação dos residentes de Macau para o Interior da China e alarga as fronteiras das suas viagens ao exterior.

Ao mesmo tempo, com o levantamento das restrições epidémicas e as férias de Verão de Julho e Agosto, entre outros factores, os residentes têm mais interesse em sair de Macau, o que resultou na falta de vagas de marcação prévia. Assim, começaram a surgir situações caóticas, como o aparecimento de “pessoas que ajudam a estar na fila para apresentação do pedido de quotas”, “especulação” e “venda de quotas”. O Governo tem acompanhado atempadamente a situação, com uma série de medidas de combate à obtenção de lucros ilegais. De facto, a “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” foi implementada há mais de meio ano, por isso, proponho ao Governo que proceda a uma avaliação global dos resultados dessa política, analisando, com base nos dados actuais, a situação de marcação prévia e também de falta do interessado no dia da marcação, por forma a otimizar de forma contínua esse sistema. Para melhorar o mecanismo de funcionamento, propõe-se o estudo do ajustamento do horário de funcionamento do sistema, e, no pressuposto de haver vagas disponíveis para marcação prévia, a abertura de um número adequado de vagas para o mesmo dia, para aproveitar bem as vagas e aumentar a taxa de utilização destas.

Quanto ao aumento do número de quotas, segundo as opiniões da sociedade, é necessário ter em conta a situação do trânsito perto do posto fronteiriço de Macau e a capacidade de transporte nas proximidades do posto fronteiriço do lado de Guangdong, pois a política de “circulação de veículos de Hong Kong no Interior da China” é idêntica à política de “circulação de veículos de Macau no Interior da China”, e os veículos têm de passar pelo posto fronteiriço de Zhuhai da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o que constitui uma pressão para o trânsito neste posto fronteiriço e em Zhuhai. Assim, sugiro ao Governo que regularize a situação do trânsito no posto fronteiriço de Macau da Ponte e nas suas imediações, monitorize o fluxo de veículos e a situação de congestionamento em diferentes períodos do dia, em conjugação com os megadados, para conhecer o limite máximo da capacidade de carga de trânsito, otimizando oportunamente o ambiente de circulação com o ajustamento da sinalização de trânsito e das faixas de rodagem, para reduzir a pressão do tráfego nessa zona. Propõe-se o reforço da comunicação com os

governos de Guangdong e Hong Kong, o estreitamento do intercâmbio, a coordenação e optimização das instalações complementares de trânsito dessa Ponte e dos postos fronteiriços, e, a longo prazo, sugere-se que o Governo de Macau comunique com o Interior da China para ponderar abrir outros postos fronteiriços com pouca gente para essa política, facilitando as deslocações dos residentes e aliviando a pressão do trânsito nas proximidades dos postos fronteiriços dessa Ponte.

Por outro lado, no passado, era muito comum os residentes deslocarem-se à China para fazer compras e, agora, com a “circulação de veículos de Macau no Interior da China”, o “aluguer de veículos no Interior da China” e os serviços *online* de chamada de transporte são cada vez mais convenientes, o que traz algum impacto para os lojistas locais, por isso, sugiro ao Governo que acelere a atracção de turistas para as zonas comunitárias, realize mais actividades com as empresas e associações, e atribua benefícios de consumo, a fim de elevar a vontade de consumo dos residentes e visitantes, e melhorar o ambiente de negócios local.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 31.07.2023**Desenvolvimento de redes locais e da Zona de Cooperação Aprofundada**

Segundo as previsões, em Setembro vai começar a venda das fracções do Novo Bairro de Macau em Hengqin. Para além das instalações complementares de trânsito e saúde, bem como da articulação entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada ao nível do regime escolar, a sociedade está também preocupada com as instalações complementares de telecomunicações, incluindo a qualidade dos serviços a disponibilizar e o seu âmbito.

Segundo a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, uma vez que os serviços actualmente disponibilizados pelos operadores de telecomunicações locais estão limitados a Macau, os utentes do "Novo Bairro de Macau", em Hengqin, só podem, por enquanto, utilizar os serviços de telecomunicações locais através dos programas de telemóveis abrangendo dois ou três locais. Porém, na resposta à minha interpelação escrita, Despacho n.º 557/VII/2023 das autoridades, em Maio do corrente ano, refere-se que houve intercâmbio entre as autoridades e os serviços competentes da Zona de Cooperação Aprofundada, para os serviços de internet no Novo Bairro de Macau serem tendencialmente semelhantes aos de Macau.

Em primeiro lugar, os residentes da Zona de Cooperação Aprofundada só podem gozar dos serviços gerais de telecomunicações de Macau quando acedem à internet através de telemóvel, ou seja, só podem adquirir os serviços de telecomunicações da rede fixa junto dos fornecedores do Interior da China. Como existe um mecanismo de fiscalização dos serviços de internet no Interior da China, e os residentes de Macau têm, desde há muito, um modelo diferente de internet e de comunicação, é provável que não se consiga implementar um serviço de internet semelhante ao de Macau.

Recorde-se que, em 2021, o Chefe do Executivo afirmou que os residentes da Zona de Cooperação Aprofundada iam ser protegidos no uso das plataformas das redes sociais, *Facebook* e *Instagram*, sem “VPN”, então, as respectivas medidas vão ser implementadas? Quando é que isto vai ser concretizado? Os residentes de Macau também costumam utilizar a *Whatsapp*, *LINE*, *SNAPHAT*, *Telegram* e *Twitter*, entre outras aplicações, para comunicar com os familiares e amigos e saber das novidades internacionais, e nunca foram impedidos de ver vídeos no *Youtube*. A sociedade está atenta à questão de os residentes do “Novo Bairro” poderem ou não gozar legalmente dos referidos direitos de comunicação.

Recentemente, uma operadora de telecomunicações de Macau manifestou a sua disponibilidade para prestar serviços de comunicação por fibra óptica de Macau aos moradores do projecto “Novo Bairro de Macau”, tendo as respectivas condições e propostas sido entregues ao Governo e às operadoras do Interior da China, para assim se proporcionar mais uma opção aos moradores. No entanto, devido à diferença das leis e regulamentos de telecomunicações de Macau e do Interior da China, a operadora em causa ainda não conseguiu promover os trabalhos de construção da respectiva rede. Assim sendo, sugiro aos serviços competentes da Zona de Cooperação Aprofundada que

concretizem, quanto antes, o enquadramento jurídico das telecomunicações, para os operadores de telecomunicações de Macau poderem prestar serviços semelhantes aos de Macau no “Novo Bairro de Macau”, a fim de aumentar a vontade dos residentes na aquisição de fracções e de facilitar a vida dos residentes de Macau que vão viver em Hengqin.

Para além disso, os contratos das duas operadoras de telecomunicações expiram este ano, e faltam menos de 5 meses, mas nada se sabe sobre o respectivo concurso público. Assim sendo, solicito ao Governo que divulgue, quanto antes, o programa do concurso público para o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”, para as operadoras interessadas terem tempo suficiente para preparar o respectivo programa de concurso e ajustar as suas estratégias de investimento, a fim de salvaguardar a justiça do mercado e os direitos e interesses dos consumidores.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 31.07.2023

Exortar o Governo a fazer bem o orçamento para assegurar o bem-estar da população, os serviços sociais e o trabalho dos serviços públicos

Nos últimos anos, devido ao défice financeiro causado pela epidemia, os serviços públicos tiveram de reduzir, ou não aumentar, as suas despesas orçamentais na elaboração do orçamento. No mês passado, o Chefe do Executivo ordenou, mais uma vez, aos serviços públicos que, ao elaborarem o orçamento para 2024, o respectivo valor não ultrapassasse o deste ano. Isto significa que continua a existir um “tecto” para o orçamento do próximo ano. Compreendo que o Governo fez isto tendo em conta a prudência na gestão financeira, mas, com a contenção de despesas ao longo destes anos, é inevitável que o bem-estar da população, o trabalho dos serviços públicos e os serviços sociais sejam afectados, e o salário dos funcionários públicos tenha de ser congelado. Esta situação merece a nossa atenção. Na elaboração do orçamento, o Governo deve dar atenção aos recursos para garantir o bem-estar da população e os serviços sociais, reforçar a comunicação com a sociedade e apoiar adequadamente os residentes a enfrentarem a pressão económica e da vida.

Primeiro, as autoridades devem tomar a iniciativa de conhecer a situação dos serviços relacionados com a vida da população, para assegurar a racionalidade na distribuição dos recursos. O Governo prometeu que não ia reduzir os recursos para o bem-estar da população, mas, segundo muitas opiniões, os recursos investidos em alguns serviços ligados à vida da população foram reduzidos. Os custos de operação aumentaram, devido à inflação e ao aumento do preço dos produtos, mas o orçamento não aumentou e, está em causa, efectivamente, uma “redução dos recursos”, afectando os serviços prestados. O Governo deve, tendo em conta as necessidades da sociedade, avaliar se estão a ser investidos recursos adequados nas áreas do bem-estar social, dos serviços relacionados com a vida da população, do apoio aos grupos vulneráveis, dos cuidados de saúde e da educação, e tomar a iniciativa de conhecer, junto das entidades públicas e privadas que prestam esses serviços, a situação de funcionamento dos últimos anos, incluindo os custos com recursos humanos e com as despesas de funcionamento, para fazer um planeamento racional dos recursos na elaboração do orçamento, assegurando-se a prestação adequada dos serviços.

Segundo, o Governo deve ajudar os residentes a enfrentar as pressões da economia e da vida. Face à inflação, ao aumento das taxas de juro e à redução dos rendimentos de muitos trabalhadores e do seu poder de compra, o Governo deve adoptar medidas adequadas para apoiar os residentes a enfrentarem essa pressão da economia e da vida. Apesar de manter nos últimos anos algumas medidas de apoio à população, como a comparticipação pecuniária, alguns projectos de apoio foram afectados por défices financeiros. Por exemplo, nos últimos anos, o Governo suspendeu a injeção de capitais no regime de previdência central, e não aumenta os valores da pensão de velhice nem da segurança social desde Janeiro de 2020, portanto, os rendimentos dos idosos foram directamente afectados e a pressão da sua vida tornou-se maior. Apelo ao Governo para,

aquando da elaboração do orçamento, reservar recursos para projectos importantes relacionados com a vida da população, por exemplo, rever o nível da protecção básica dos idosos, segundo o mecanismo de ajustamento permanente do fundo de segurança social, e proceder a ajustamentos, quando necessário, para assegurar que o nível da pensão para idosos ou os apoios aos idosos correspondam às necessidades básicas da sua vida.

O Governo deve aumentar as fontes de receitas e reduzir as despesas, para reforçar a reserva de recursos para a vida da população. Para fazer face à pressão financeira, o Governo deve, para além de poupar recursos, aperfeiçoar o mecanismo de gestão, para manter e valorizar os recursos. Deve por exemplo, reforçar a fiscalização da rentabilidade dos investimentos da reserva financeira e dos projectos de fundos, e, através do reforço dos trabalhos no âmbito dos investimentos públicos, da análise de decisões, do mecanismo de fiscalização e da prevenção e controlo de riscos, etc., aumentar as receitas financeiras e concretizar a garantia e a valorização dos activos públicos, a fim de assegurar a gestão eficaz dos recursos públicos. Há ainda que adoptar medidas estratégicas para aumentar as fontes de receitas, incluindo liderar a sociedade a envidar esforços para o desenvolvimento económico, a fim de garantir que a melhoria contínua da qualidade de vida da população seja sustentada por recursos suficientes.

Perante as dificuldades e os desafios do desenvolvimento social, o volume de trabalho e a pressão da equipa de funcionários públicos aumentaram e, devido à implementação do limite do número de vagas, não foi possível aumentar o número de trabalhadores e, com a “tampa” do orçamento, os salários foram congelados ao longo dos anos. Solicito ao Governo que organize adequadamente as despesas orçamentais dos funcionários públicos e ausculte as opiniões da equipa destes, para assegurar o funcionamento dos serviços, a qualidade dos serviços públicos e os direitos e interesses dos trabalhadores.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 31.07.2023

Optimização dos condicionamentos de trânsito nas travessias marítimas em dias de tufão

Actualmente, sempre que é içado o sinal n.º 8 de tufão, são encerradas várias pontes, incluindo a Ponte Governador Nobre de Carvalho, a Ponte da Amizade, o tabuleiro superior da Ponte de Sai Van e a Ponte Flor de Lótus, abrindo-se apenas o tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van para a circulação de veículos. No entanto, durante a passagem de tufões, o pessoal médico e de enfermagem, o pessoal da protecção civil, e os trabalhadores das concessionárias do jogo e do sector de restauração e bebidas têm de se deslocar ao exterior para prestar serviço. Como o tabuleiro inferior da Ponte de Sai Van não é suficiente para responder às necessidades decorrentes do mau tempo, portanto, são frequentes as situações de filas de espera e de longo tempo de espera.

Recentemente, durante a passagem do tufão “Talim”, os transportes públicos deixaram de funcionar, mas muitos residentes tiveram de se manter nos seus postos de trabalho e enfrentaram problemas de trânsito devido ao mau tempo, por isso, só podiam conduzir ou apanhar táxi, mas o número de táxis era limitado. A procura era maior do que a oferta devido à passagem do tufão e, como algumas pessoas não têm veículos próprios, isso dificulta as suas deslocações, problemas que não foram eficazmente resolvidos ao longo dos anos. Mais, enquanto centro mundial de turismo e lazer, um grande número de turistas ficou retido no posto fronteiriço das Portas do Cerco, à espera de táxi, apesar da chuva e do vento, o que demonstra os problemas relacionados com as instalações complementares de trânsito, afectando gravemente a imagem turística de Macau. Com a recuperação contínua do turismo de Macau, o número de visitantes tem aumentado constantemente, e todos os anos há época de tufões, por isso, as respectivas questões devem ser encaradas e optimizadas quanto à organização do trânsito.

Tomando como referência a experiência de algumas pontes de Hong Kong e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, são tomadas medidas restritivas de circulação de diferentes níveis de acordo com a velocidade do vento. O Governo deve estudar a possibilidade da sua aplicação em Macau, por exemplo, instalar barreiras de vento, permitir a circulação de determinados veículos a uma velocidade limitada e libertar, em tempo oportuno, as vias das pontes para aliviar a pressão rodoviária. A sua execução deve ter em conta uma série de questões, como a precisão da medição da velocidade do vento e a pontualidade da notificação da radiodifusão. A longo prazo, deve-se recorrer a mecanismos científicos para ajustar, de forma flexível, a circulação rodoviária, sem necessidade de recurso à construção de infra-estruturas para aliviar a pressão do trânsito, com vista a maximizar os efeitos com um mínimo de recursos.

Além disso, a via principal da quarta ponte, cuja abertura está prevista para 2024, será equipada com barreiras de vento, de modo a que, durante o sinal n.º 8 de tufão, se possa atingir as condições de circulação do sinal n.º 3 de tufão. No entanto, até ao momento, o Governo ainda não afirmou se vai permitir a circulação de determinados veículos durante o sinal n.º 8 de tufão ou se vai definir critérios para limitar a circulação de veículos,

portanto, sugiro ao Governo que divulgue os respectivos métodos de execução.

Ao mesmo tempo, com a venda de fracções no “Novo Bairro de Macau”, prevista para Setembro deste ano, prevê-se um aumento do número de trabalhadores e residentes a viver em Hengqin. Mas, actualmente, sempre que é içado o sinal n.º 8 de tufão, a Ponte Flor de Lótus é fechada temporariamente e o posto fronteiriço da Ilha de Hengqin também deixa de funcionar e, se for estritamente necessário regressar a Hengqin, há que utilizar outras passagens fronteiriças de Macau, e, neste caso, as pessoas precisam de várias horas para chegar a casa, pois o percurso é longo e sinuoso, ou então têm de optar por permanecer em Macau e esperar que o sinal de tufão baixe.

Com o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, o número de entradas e saídas no posto fronteiriço de Hengqin está a aumentar. Sugiro que se construa uma barreira contra tufões na Ponte Flor de Lótus, para que, durante o sinal n.º 8 de tufão, a ponte continue aberta, com maior conveniência para a população e os turistas. Mais, a ponte de acesso que liga a Universidade de Macau ao Posto Fronteiriço de Hengqin vai estar pronta muito em breve e a sua área de cobertura é abrangente, por isso o Governo deve otimizar as medidas de passagem fronteiriça entre Hengqin e Macau, lançando medidas provisórias com garantias de segurança para a passagem de fronteiras para os residentes, docentes e alunos que lá residem, para que possam atravessar a fronteira de forma conveniente, reduzindo os problemas de trânsito e a probabilidade de acidentes.

IAOD dos Deputados Wu Chou Kit, Pang Chun e Kou Kam Fai em 31.07.2023

Promover o desenvolvimento das visitas de estudo e enriquecer o conteúdo de Macau enquanto centro de turismo e de lazer a nível mundial

Segundo o relatório do 20.º Congresso, “há que persistir em desenvolver o turismo através da cultura e divulgar a cultura através do turismo, a fim de impulsionar o desenvolvimento da integração profunda entre a cultura e o turismo”. Com o desenvolvimento da integração entre a cultura e o turismo e a política de “dupla redução”, as visitas de estudo foram incluídas no programa pedagógico do ensino primário e secundário do nosso país e obtiveram um desenvolvimento rápido.

Para além do “Fórum de Desenvolvimento de Viagens de Estudo em Macau”, que o Governo organizou recentemente, os Serviços de Educação e o sector do turismo também avançaram com a iniciativa “Cidade da Educação e Visita de Estudo”. Acredita-se que, atendendo às vantagens de Macau ao nível da educação, dos eventos e festivais nas áreas da construção civil, culinária e cultura, das suas características únicas e do seu contexto histórico e cultural de cruzamento entre o oriente e o ocidente, para além dos produtos turísticos diversificados que têm sido lançados nos últimos anos e da integração do “Turismo +” com as diversas indústrias, as visitas de estudo tenham enormes potencialidades de desenvolvimento.

A fim de promover o desenvolvimento das visitas de estudo e de enriquecer o conteúdo de Macau enquanto o centro mundial de turismo e lazer, apresentamos duas sugestões:

1. Construir uma “cidade de estudo” para enriquecer a imagem de Macau. Macau possui património mundial e grande flexibilidade e vantagens para o desenvolvimento de viagens de estudo. Várias políticas de apoio do Governo Central a Macau também apoiam o desenvolvimento da cultura e do turismo, e devemos aproveitá-las. Espera-se que o Governo reforce a cooperação com o sector, para promover mais itinerários educativos e culturais característicos, realize actividades de estudo na Grande Baía, optimize as instalações complementares de alojamento para jovens estudantes e encarregados de educação e a emissão de vistos, etc., com vista a estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento aprofundado das viagens de estudo em Macau. Macau possui ainda quatro Laboratórios de Referência do Estado, uma vasta gama de cursos profissionais internacionais, exames com certificações e bases de popularização científica, entre outros recursos educativos, por isso, há que, através da cooperação com escolas e instituições de ensino de diferentes regiões, organizar actividades para atrair estudantes até Macau para intercâmbio, aquisição de certificação e participação em estudos.

2. Apoiar a construção da base cultural, e insistir no amor à Pátria e a Macau. O intercâmbio entre alunos de Macau e do Interior da China vai ser a nova tendência para dar continuidade ao amor à Pátria e a Macau. Considerando o papel de Macau enquanto base de intercâmbio cultural e exemplo do sucesso da Política “Um País, Dois Sistemas”, propomos que seja realizada uma sistematização da história e cultura da era moderna de

Macau, e que sejam incluídos nos percursos das visitas de estudo a Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens, o Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau, a Galeria Comemorativa da Lei Básica, o local da celebração do Tratado de Mong-Há, o Museu Memorial Lin Zexu, a Casa do Mandarin, a Antiga Farmácia Chong Sai, a Antiga Residência do General Ye Ting, e o Museu Memorial de Xian Xinghai, para os visitantes conhecerem a história moderna de Macau e a vida destas pessoas, e a ligação íntima entre Macau e o País; e através da divulgação do sucesso da Política “Um País, Dois Sistemas”, reforçar a compreensão do seu rico significado e o patriotismo.

O conhecimento é superficial quando só lê, só é profundo quando fazes. O Presidente Xi Jinping, na recente resposta a uma carta de alunos do secundário, de Hong Kong, referiu que era preciso conjugar a leitura com as viagens. As visitas de estudo dependem da parceria entre a educação e o turismo, e temos de persistir na intenção original da educação, ou seja, “educar através da prática e da visita”, e maximizar as sinergias intersectoriais. Esperamos que todos os sectores trabalhem em conjunto, para aperfeiçoar o plano de tornar Macau num destino de visita de estudo atractivo e seguro para os jovens, e que inspire a confiança dos pais.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 31.07.2023

Aprofundar a plataforma entre a China e os países lusófonos, para promover o desenvolvimento económico e industrial

Este ano comemora-se o 20.º aniversário do Fórum de Macau e, também, o ano em que o Governo, orientado pelo "espírito do 20.º Congresso", avança na nova jornada das relações sino-portuguesas. Após a epidemia, Macau acelerou o aperfeiçoamento dos mecanismos e regras do Fórum de Macau, o que demonstra que o Governo assume firmemente a sua responsabilidade e papel no reforço da plataforma de serviços económicos e comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa e no aprofundamento da cooperação no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Em Abril deste ano, uma delegação do Governo deslocou-se a Portugal para aprofundar o intercâmbio e a cooperação nas áreas da economia, comércio, inovação científica e tecnológica, saúde, cultura, e ensino da língua portuguesa, entre outras.

O Governo indica, no Relatório das LAG, que vai promover a criação da plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa e do centro de liquidação em RMB dos países de língua portuguesa. Assim, sugiro ao Governo que acelere a concretização destes planos e articule a referida criação com os objectivos de desenvolvimento da indústria financeira moderna e da moeda digital, para fazer destacar as características e vantagens de Macau.

Segundo, o Governo também afirmou que ia aproveitar as vantagens da plataforma luso-chinesa para participar na construção do corredor de inovação científica e tecnológica da Grande Baía, contribuindo para elevar o nível da cooperação científica e tecnológica entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e que ia construir o centro de ciência e tecnologia entre a China e os Países de Língua Portuguesa, para atrair projectos de inovação científica e tecnológica dos países de língua portuguesa para Macau, para a Zona de Cooperação Aprofundada e para a Grande Baía, e que ia reforçar a transformação dos resultados de investigação científica e fornecer mais medidas de apoio às empresas de ciência e tecnologia. Sugiro ao Governo que reinicie, quanto antes, o “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, suspenso devido à epidemia, com vista a proporcionar mais oportunidades de desenvolvimento e apoio aos sectores e aos jovens de Macau.

Terceiro, recentemente, o Governo respondeu-me que “foram optimizadas as regras do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo sido reduzidos, de forma adequada, os requisitos de acesso”. Proponho ao Governo que, com base nisto, organize mais “feiras de promoção do investimento”, “negociações comerciais” e “convenções e exposições”, para apoiar as PME e os investimentos privados de Macau na participação na construção da plataforma luso-chinesa e na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”.

Na minha opinião, a “plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa” tem grande significado para a promoção da diversificação adequada das indústrias de Macau,

da inovação tecnológica e do desenvolvimento de alta qualidade das empresas. Acredito firmemente que, com a vantagem institucional de “Um País, Dois Sistemas” e a vantagem regional da “Grande Baía”, Macau tem toda a capacidade e condições para reforçar ainda mais o papel de “Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, implementando plenamente o plano estratégico do Governo Central para Macau.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 31.07.2023

Prestar atenção aos assuntos sociais

Com a estabilização da pandemia, a economia melhorou notoriamente. No primeiro semestre deste ano, entraram em Macau mais de 11,6 milhões de turistas, e o número diário de turistas recuperou também 59,6% da correspondente média anual de 2019. Os Serviços de Turismo estão empenhados em alargar o mercado de turistas, para tentar alcançar os 24 milhões por ano. O turismo é a principal indústria de Macau, com o aumento de turistas melhoram os negócios e também a vida dos residentes, porém, espera-se que seja dada atenção a alguns fenómenos sociais que se têm verificado recentemente.

Segundo as estatísticas das autoridades de segurança, no primeiro trimestre deste ano, registaram-se 3006 casos de investigação criminal, um aumento drástico de 17,2% em comparação com o período homólogo do ano passado. Os casos de furto, burla e criminalidade informática registaram um aumento notório, e a delinquência juvenil também aumentou, situação que não se pode ignorar. Mais, as informações de teor negativo que circulam pela sociedade também são preocupantes, aliás, até são frequentes os casos de feridos e mortes. No primeiro semestre, as associações receberam mais de 5000 pedidos, via telefone, no âmbito do apoio e prevenção do suicídio, envolvendo principalmente problemas psicológicos e emocionais, suicídios, etc.

O ambiente está em constante mudança e as pessoas têm de se adaptar às mudanças. Algumas pessoas não conseguem ajustar nem controlar as suas emoções, perante a pressão e os problemas familiares, e também podem ser afectadas emocionalmente devido à mudança de trabalho e ao aumento dos seus encargos; e, através da imprensa, os problemas sociais tornam-se mais evidentes.

Aproveito esta oportunidade para apresentar as seguintes sugestões:

1. O Governo deve reforçar os estudos sobre os principais problemas sociais e definir políticas e medidas para aliviar a pressão emocional das pessoas;
2. O Governo e as associações devem, com espírito de solidariedade, prestar apoio psicológico e emocional às pessoas que dele necessitam, contribuindo assim para aliviar a sua pressão.

Espero que o Governo e as associações se esforcem em conjunto para elevar a energia positiva da sociedade, reduzir a criminalidade, promover a educação para a vida e desenvolver a capacidade de resiliência, para aliviar as emoções negativas dos cidadãos, e se poder criar uma boa base social para o desenvolvimento da saúde física e mental das pessoas de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 31.07.2023**Apoio abrangente para melhorar a saúde mental e psicológica dos residentes**

Recentemente, registaram-se vários casos de suicídio, envolvendo pessoas de diferentes idades e camadas sociais, o que despertou a atenção da sociedade. Segundo os dados da Secretaria para a Segurança, no primeiro trimestre deste ano, os suicídios aumentaram de 15, registados no trimestre anterior (4.º trimestre de 2022), para 23, e as tentativas de suicídio, de 51 para 68. Nos referidos casos de tentativa de suicídio, jovens entre os 15 e os 24 anos ocupam a maior percentagem, seguidos de pessoas entre os 25 e os 34 anos e de crianças entre os 5 e os 14 anos; mais, a percentagem das mulheres é mais do dobro da dos homens. Entretanto, as mudanças do ambiente da *internet* também merecem a nossa atenção, por exemplo, algumas informações negativas e comentários irracionais retransmitidos nas redes sociais podem facilmente suscitar sentimentos negativos, como pessimismo, solidão e depressão entre as pessoas em risco. Uma vez que os jovens utilizam a *internet* como plataforma principal de recepção de informações, as reacções em cadeia daí resultantes também são imprevisíveis. Estes fenómenos merecem a nossa reflexão.

O Governo tem recorrido ao sistema de prevenção conjunta de quatro níveis, ligados intimamente aos tetracíclicos, para prestar serviços de saúde mental às pessoas com necessidade, e conseguiu alguns resultados; mas, devido às mudanças do ambiente social, a procura desses serviços tem aumentado constantemente. Segundo os dados do Governo, em 2021, o serviço de psiquiatria do Hospital Conde de São Januário atendeu mais de 45 mil pessoas, um aumento de 13 por cento face ao ano anterior; e a consulta externa de saúde mental dos centros de saúde atendeu cerca de 6500 pessoas, um aumento de 35 por cento face ao ano anterior. Segundo muitas instituições particulares, profissionais do sector e utentes dos serviços, a oferta dos serviços é escassa. Como os problemas psicológicos são ocultos, é provável que algumas pessoas com necessidade não procurem apoio adequado. Assim, o Governo deve reflectir sobre como reforçar a prevenção, a detecção e o tratamento precoces, para melhorar a saúde mental dos residentes e reduzir os riscos potenciais.

Sugiro então o seguinte:

1. Realizar regularmente um rastreio à saúde mental. Para a identificação, o mais cedo possível, de casos ocultos de doença mental e psicológica, propõe-se que, com base no actual sistema de “prevenção conjunta de quatro níveis, ligados intimamente aos tetracíclicos”, e através da cooperação entre as instituições de psicoterapia, as associações de serviço social e as escolas, sejam realizados, regularmente, estudos sobre a saúde física e mental na comunidade, e sejam introduzidos e generalizados, ao mesmo tempo, métodos adequados de automonitorização, para identificar, dentro do possível, os casos potenciais de doença mental.

2. Reforçar a equipa de apoio mental e psicológico. Há que reforçar a formação e o apoio ao pessoal, e, através da formação de mais pessoal e do aumento do apoio financeiro

às escolas e às instituições sem fins lucrativos, fortalecer a equipa do pessoal de diferentes níveis, nomeadamente, na psicoterapia, apoio psicológico e serviços de psiquiatria, a fim de desenvolver mais trabalhos de prevenção, tratamento e reabilitação e de os tornar mais amplos e mais rápidos.

3. Alargar os serviços mentais e psicológicos na comunidade. Tendo em conta o aumento da procura dos respectivos serviços na sociedade, deve-se aumentar o número de vagas dos serviços psicológicos comunitários, prestados através de diferentes formas, *online* e *offline*, acelerar os serviços de encaminhamento para consulta médica e os serviços de psiquiatria extensivos ao exterior, bem como aumentar a iniciativa da sua prestação. Mais, tendo em conta a saúde mental e psicológica dos diferentes grupos de pessoas, devem ser definidas medidas de prevenção e intervenção específicas a desenvolver no futuro.

4. Criar um ambiente social em que se dá importância à saúde mental. Deve-se, através da cooperação com as instituições de serviço social e as instituições educativas de diferentes níveis, reforçar, de forma contínua e por meios diversificados, a educação sobre a gestão emocional e a saúde mental junto da sociedade, bem como promover uma cultura saudável na rede, para evitar ofensas às pessoas com a saúde mental em risco.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 31.07.2023

Introduzir, cientificamente, ajustamentos na implementação das obras viárias, prestar apoio contínuo para estabilizar a recuperação económica e aumentar o investimento nos serviços sociais em prol de uma maior atenção à saúde psicológica dos residentes

Hoje, gostaria de falar sobre três questões. Primeiro, as recentes opiniões sociais sobre a implementação de obras nas vias públicas:

Todos os anos, durante as férias de Verão, há um grande número de obras públicas em vários bairros, e as ruas, já de si estreitas, ainda ficam mais congestionadas e até difíceis de circular. Entretanto, o fenómeno do congestionamento de tráfego não é exclusivo de Macau e, para fazer face a essa situação, muitos países e regiões realizaram estudos e análises sobre os prejuízos económicos causados. Por exemplo, um economista de Hong Kong realizou um estudo que concluiu que, por cada aumento de seis minutos no percurso, a perda para a comunidade era de 2,8 mil milhões de dólares de Hong Kong. No ano passado, a Academia Chinesa de Ciências Sociais também estimou que as perdas causadas pelos congestionamentos de tráfego no país ascendiam a 200 mil milhões de RMB por ano.

Macau não efectuou a respectiva estimativa, mas a implementação repetida de obras e escavações em todo o lado não só afectam as deslocações e a vida da população, como também prejudicam gravemente as receitas dos lojistas, baixam a eficiência operacional de toda a sociedade e afectam mesmo o acesso dos veículos de combate a incêndios e de salvamento, pondo assim em perigo a vida dos residentes.

Na sequência da epidemia, Macau encontra-se num momento crítico de recuperação económica, por isso gostaria de exortar uma vez mais as autoridades a controlarem, através de uma programação e integração científicas, o desenvolvimento desordenado das escavações nas vias públicas, para evitar que a sociedade de Macau sofra mais perdas económicas em resultado da redução da eficiência operacional global devido à implementação em massa de projectos de obras.

Segundo, gostaria de exortar o Governo a considerar uma nova implementação do programa de consumo electrónico em proporção às suas receitas financeiras:

Com a chegada das férias de Verão, época de viagens, um grande número de turistas vem a Macau para consumir, o que traz oportunidades de negócio para os sectores do jogo e do turismo, e para as lojas junto dos pontos turísticos de Macau, o que vai resultar num rápido crescimento económico. Entretanto, com o aumento do número de residentes que viajam para o estrangeiro no Verão, o consumo em Macau será ainda mais prejudicado e, com a perda contínua do consumo local, será mais difícil assegurar o ciclo económico local.

“A escassez é resolvida com a mudança”. O Governo e os serviços competentes têm,

efectivamente, apoiado, através de várias políticas, a transformação das lojas locais, a par de um aumento da sua popularidade através de publicidade em várias plataformas. Mas, na realidade, ao mesmo tempo que Macau se integra no desenvolvimento da Grande Baía, enfrenta também a enorme concorrência aí existente e, devido a vários factores, não é possível que Macau se transforme a tempo de lidar com os desafios. Mais, embora a economia esteja a recuperar rapidamente, há ainda muitos residentes e desempregados que se vêem em apuros, por isso exorto o Governo a dar mais atenção às dificuldades enfrentadas actualmente pelas micro, pequenas e médias empresas, e lojistas. Sugiro também ao Governo que prossiga a sua política de benevolência e considere a possibilidade de lançar adequadamente, tendo em conta a situação das receitas financeiras, alguns programas para incentivar os residentes a consumirem em Macau, como uma nova ronda do plano de consumo electrónico, para estabilizar, continuamente, a dinâmica da recuperação económica e a proteger e a animar ainda mais a economia comunitária.

Por último, entristece-me profundamente a ocorrência de uma série de casos deploráveis de jovens que se suicidaram uns atrás dos outros. Gostaria de exortar uma vez mais o Governo e os serviços competentes a darem prioridade, no âmbito da utilização dos seus orçamentos, ao apoio da prestação de serviços sociais tendo em conta a gravidade e a urgência, para criar mais postos de trabalho especializado, alargar a rede da segurança social, criar mais oportunidades de emprego para os jovens locais e reduzir a ocorrência de tragédias.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 31.07.2023**Desenvolvimento e optimização dos trabalhos de prevenção contra os crimes de burla**

Nos últimos anos, têm surgido vários tipos de burla que dificultam a prevenção por parte da população. Segundo os dados estatísticos da PJ, nos primeiros dois meses de 2023, registou-se um aumento significativo das burlas através de telefone e da internet, um aumento de 3,3 e 1,5 vezes, respectivamente, em comparação com o período homólogo de 2022. Praticamente todos os dias ouvimos notícias acerca de burlas, e os prejuízos económicos atingem as dezenas de milhões de patacas, portanto, os residentes têm de ouvir as notícias para ficarem a par do *modus operandis* dos burlões. Os meios utilizados são desprezíveis e desafiam os limites éticos e morais, pois a maioria dos burlados são idosos e menores. Isto afecta gravemente a sociedade, portanto, os residentes anseiam pelo aumento do combate a estes crimes e pela punição rigorosa dos criminosos.

A Administração tem empregado todos os esforços na criação de um modelo de prevenção e tratamento que abrange a “prevenção, recuperação e combate”, e tem mantido estreita colaboração com as associações cívicas e o sector financeiro, com vista a rever e actualizar, de forma contínua, as medidas de combate e as formas de sensibilização. Eu, pessoalmente, reconheço o esforço e a dedicação dos serviços competentes em relação a este trabalho. No entanto, com o desenvolvimento da tecnologia informática, os tipos de burla são cada vez mais inovadores e, recentemente, registaram-se casos de mudança de rosto através da técnica da inteligência artificial, o que veio aumentar quer a possibilidade de os cidadãos serem burlados quer a complexidade e a dificuldade dos serviços policiais nos trabalhos de prevenção e combate à criminalidade.

Assim, com vista a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos de optimização do Governo e a consciencializar a sociedade sobre a prevenção contra a burla, apresento as seguintes sugestões:

1. Colaborar com o sector para elevar o nível de alerta dos residentes. Os casos de burla telefónica continuam a aumentar e a maioria está relacionada com grupos do exterior. Apesar da colaboração entre as autoridades policiais e os operadores de redes móveis e destas terem acrescentado “00”, “853” e “+” ao número das chamadas telefónicas suspeitas de burla, ainda há residentes que entendem que isso não é suficiente. Sugere-se às autoridades policiais e das telecomunicações que comuniquem com os operadores, para todas as chamadas telefónicas vindas do exterior serem sinalizadas com “00”, “853” e “+”, que tomem como referência a nova prática das regiões vizinhas, onde, a partir de Maio, em relação a determinadas chamadas telefónicas, são enviadas mensagens sonoras ou escritas sobre a prevenção de burlas, e que ponderem sobre mais formas de alerta contra a burla, com vista a reforçar a consciencialização dos cidadãos.

2. Reforçar a prevenção criminal, com a polícia apoiada pela ciência e tecnologia. Com a generalização da utilização da *internet*, nos últimos anos, registaram-se muitos

casos de aliciamento das vítimas para acederem a *websites*, através de mensagens de telemóvel com *link*, para, em seguida, se furtarem os seus dados para a prática de burla. Sugere-se ao Governo que desenvolva ou introduza sistemas de pesquisa e aplicações para combater os *links* fraudulentos, para os *websites* identificados pelo Governo como fraudulentos serem bloqueados ou suspensos, e o acesso e a ligação aos mesmos por parte dos utilizadores sejam impedidos, a fim de reforçar a prevenção; ao mesmo tempo, propõe-se a criação duma plataforma para a participação de casos e *links* suspeitos de envolvimento em burlas telefónicas, o reforço da comunicação e da sensibilização de todas as partes, o desenvolvimento da cooperação entre a polícia e os cidadãos, e o aumento da capacidade e da velocidade de resposta das autoridades.

3. Dissipar as preocupações dos residentes, através de colaboração e interligação. Devido à alta frequência da prática da burla de “autoridade de segurança”, os residentes devem estar altamente vigilantes em relação às chamadas onde as pessoas fingem pertencer a serviços públicos do Interior da China, e devem desligar logo essas chamadas, demonstrando a eficácia dos trabalhos de sensibilização e educação do Governo. No entanto, o meu gabinete recebeu, recentemente, vários pedidos de apoio de residentes, alegando que tinham sido notificados ou citados pela “autoridade de segurança pública”, informando-os de envolvimento em actos ilegais; como não tinham praticado nenhum desses actos, ficaram preocupados com a possibilidade de terem caído na armadilha da burla. Depois de várias confirmações, verificou-se que a notificação tinha sido emitida por um serviço público do Interior da China, o que demonstra que a burla já afecta assuntos públicos entre as duas regiões. Sugere-se ao Governo que desenvolva ainda mais o mecanismo de troca de informações entre as duas regiões, criando uma plataforma oficial de consulta para os residentes sobre os assuntos do Interior da China, ou que recorra aos serviços electrónicos para notificação ou alerta, com vista a aumentar a credibilidade das informações e a facilidade da sua verificação, dissipando as dúvidas dos residentes sobre a comunicação com os serviços públicos do Interior da China.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 31.07.2023

O Governo deve investigar e prestar esclarecimentos sobre o orçamento e o planeamento do Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá

No dia 13 de Julho, apresentei uma interpelação escrita sobre as razões do encerramento da Barragem de Hac Sá e sobre as respectivas obras, e no dia seguinte, na conferência de imprensa do Conselho Executivo, os órgãos de comunicação social questionaram o Governo sobre o assunto. Só no dia 18 de Julho é que o Governo realizou uma conferência de imprensa para apresentar, pela primeira vez, o projecto do “Campo de Aventuras Juvenis da Praia de Hac Sá e Optimização das Instalações Complementares Circundantes”, e revelou que estava a planear aproveitar a Barragem de Hac Sá e o terreno não aproveitado junto à Praia de Hác Sá, com uma área total de 10 hectares, para construir este Campo de Aventuras, com um orçamento total de 1,6 mil milhões de patacas, dos quais 1,4 mil milhões de patacas seriam destinados ao projecto principal do Campo. Mas, antes da divulgação desta notícia, o “labirinto de plantas” existente na Barragem de Hac Sá já tinha sido nivelado, as obras de construção duma estátua de Kun Iam tinham sido adjudicadas, por ajuste directo, em Abril, e a intenção era cancelar as instalações de churrasco e o escorrega de relva. No dia 24 de Julho, o Governo anunciou o cancelamento da construção da estátua de Kun Iam e a reabertura, com a maior brevidade possível, da zona de churrasco e do escorrega de relva da Barragem de Hác Sá, e adiantou ainda que ia aterrar os espaços escavados quanto antes, e depois plantar a relva.

As obras da Barragem de Hac Sá já terminaram, mas a sociedade continua a ter muitas opiniões em relação ao projecto do Campo de Aventuras, no qual o Governo insiste em investir 1,4 mil milhões de patacas, e ainda se está longe de conseguir dissipar as dúvidas do público sobre o aumento significativo do orçamento. Tudo isto deixou a sociedade com a sensação de que a construção do Campo de Aventuras, que custa 1,4 mil milhões de patacas, já tinha sido decidida, o que provocou grande contestação no seio da sociedade.

Segundo o PIDDA, o projecto inicial do Campo de Aventuras começou em 2021, e a conclusão estava prevista para o final de 2024. Depois, devido à complexidade da concepção, o prazo foi prolongado até 2025, mas o orçamento do projecto era de 230 milhões de patacas. Segundo o relatório mais recente sobre a execução orçamental do segundo trimestre de 2023, foram adjudicados 16,34 milhões de patacas, dos quais 9,3 milhões foram pagos, mas até 30 de Junho, a taxa de execução da concepção e da sondagem era de apenas 47%, o que é lento.

Segundo a resposta dos serviços competentes à minha interpelação escrita, no dia 21 de Junho, o projecto estava ainda na fase de concepção, e nada se refere quanto à necessidade de alteração orçamental. Passado menos de um mês, o Governo vem divulgar, de repente, que o orçamento tinha aumentado para 1,4 mil milhões de patacas. As grandes construções e o parque de estacionamento subterrâneo, conforme o projecto, cumprem as normas da Lei do planeamento urbanístico sobre as zonas verdes e espaços públicos abertos? Mais, na zona do Parque de Hác-Sá foram encontrados vestígios do Neolítico

com mais de 6 mil anos, então, como é que o Governo garante que as obras não vão destruir sítios arqueológicos importantes? Solicito esclarecimentos do Governo.

O orçamento em causa sextuplicou, passou de 230 milhões para 1,4 mil milhões de patacas. O Governo incumbiu uma empresa da concepção do projecto, apesar da inexistência de quaisquer consultas públicas ou explicações por parte do Governo sobre o projecto, que não tinha sido inscrito no PIDDA; além disso, o PIDDA não foi devidamente alterado, o que viola a Lei de enquadramento orçamental. Não há, de todo, disciplina fiscal, o que contraria, completamente, a importância da disciplina fiscal sempre sublinhada pelo actual Governo no início da assunção de funções! Quanto às obras de construção da estátua de Kun Iam, sob o método de “agir primeiro e dar conhecimento depois”, ao aumento substancial do orçamento do campo de aventuras sem a respectiva alteração do PIDDA, etc., exorto o CCAC e o Comissariado de Auditoria a tomarem a iniciativa de iniciar, no exercício das respectivas funções, um inquérito exaustivo, e a procederem à atribuição das respectivas responsabilidades.

Este incidente suscitou forte eco social num curto espaço de tempo. É claro que o incidente levanta muitas questões, e reflecte a insatisfação da sociedade com as acções governativas do actual Governo nos últimos três anos, visto que o mesmo não ouviu nem respondeu eficazmente à opinião pública. Nos últimos anos, por diversas razões, houve um sentimento generalizado na comunidade de Macau de que o grau de fiscalização ao Governo estava a enfraquecer. Ora, parece que o Governo se sente bem consigo, pois, muitas políticas “não são alvo de consulta, a menos que a consulta seja necessária”; alguns dos membros dos órgãos consultivos sentem também que se transformaram em “vasos decorativos” e são informados porque tem de ser; e o Governo aderiu à “simplicidade” nas respostas às interpelações e fiscalização da Assembleia Legislativa, na prestação de informações e na interacção.

Espero que o Governo retire ensinamentos deste incidente e reflecta sobre o mesmo, abandone a arrogância de “não prestar contas” e ouça, humildemente, a opinião pública antes de promover qualquer política, medida ou projecto, para que a comunidade saiba que ainda há espaço para o público fiscalizar o Governo e expressar racionalmente os seus diferentes pontos de vista sobre as políticas.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 31.07.2023

A cibersegurança e os jovens

As redes sociais são hoje plataformas indispensáveis para os jovens interagirem na vida quotidiana, mas, recentemente, surgiram na internet vários programas informáticos que permitem a troca de rosto através da inteligência artificial. Para se poder fazer isto, é necessário disponibilizar as características faciais, mas como as pessoas tiram muitas fotografias e gravam muitos vídeos, é possível captar a biometria facial e depois o rosto pode ser colocado nas fotografias de celebridades, actores, influenciadores da internet, etc., assim como é também possível criar um novo rosto. De facto, é uma experiência engraçada e até uma boa forma de entretenimento, no entanto, isto acarreta problemas para a segurança da privacidade e até fraudes na internet, como por exemplo furtos de identidade e do direito à imagem para a produção de vídeos, assim como podem ser disseminadas informações falsas e haver lugar a burlas envolvendo dinheiro.

Assim, proponho ao Governo que reforce os conhecimentos do público sobre a inteligência artificial e a segurança cibernética, especialmente entre a nova geração, para a consciencialização de que a inteligência artificial pode ter certos impactos na sociedade, nomeadamente, quanto à questão da falsificação. É então necessário alertar a população que proteger a sua privacidade, com vista a evitar potenciais riscos resultantes do desenvolvimento da inteligência artificial e a criar, em conjunto, um mundo cibernético mais saudável, seguro e harmonioso.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 31.07.2023

Assegurar o desenvolvimento e a estabilidade da vida da população e promover o desenvolvimento saudável e equilibrado do mercado

Recentemente, na reunião do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), o Governo propôs o aumento do salário mínimo de 32 para 34 a 36 patacas por hora, medida que abrange cerca de 20 a 30 mil trabalhadores. O salário mínimo é uma garantia do direito básico dos trabalhadores e a sociedade apoia o Governo neste ajustamento oportuno do salário mínimo. No entanto, neste momento, a economia de Macau encontra-se numa fase de recuperação, as PME ainda não recuperaram totalmente e os recursos humanos continuam a ser escassos. O Governo deve ponderar de forma global as respectivas políticas e, aquando do ajustamento das medidas, deve ter em conta o equilíbrio do mercado em geral, para que este apresente uma tendência de recuperação estável e para promover o desenvolvimento saudável da economia de Macau.

A sociedade de Macau passou por um período de ajustamento, no primeiro semestre deste ano, o número de turistas ultrapassou os 10 milhões, e a taxa de desemprego tem diminuído gradualmente. Tendo em conta que a estrutura económica de Macau se encontra em fase de ajustamento, sob a influência de factores internos e externos, os preços dos produtos só aumentam e não diminuem, portanto, a pressão da população só vai aumentar. O ajustamento oportuno do salário mínimo por parte do Governo é, sem dúvida, uma forma de salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores. Actualmente, o mercado de Macau está a desenvolver-se de forma favorável e a procura de recursos humanos está a aumentar, para satisfazer as necessidades actuais da sociedade. No entanto, é de notar que, embora o fluxo de turistas seja satisfatório, a situação de recuperação do mercado de recursos humanos não é a ideal, pois ao longo dos últimos três anos de pandemia, o consumo em geral esteve em baixa, e com a implementação da política de circulação de veículos de Macau no Interior da China e dos roteiros turísticos às ilhas de Zhuhai, o consumo fora de Macau tornou-se mais evidente. Especialmente, nas zonas relacionadas com a vida da população, as PME não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento, o que demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer até que estas consigam recuperar. Face à falta de recursos humanos, sugiro ao Governo que proceda à optimização dos respectivos procedimentos de apreciação e autorização, com vista a promover o desenvolvimento das PME e a permitir que o mercado se desenvolva de forma mais equilibrada.

Apesar da melhoria da conjuntura económica, o nível dos rendimentos da maioria dos residentes ainda não está recuperado, e a pressão com os empréstimos e com o dia-a-dia aumentou também, levando à redução da capacidade de consumo em geral. Macau está numa fase crucial de recuperação. Sugere-se ao Governo que tome medidas para aumentar os rendimentos dos residentes e que, sobretudo, incentive as seis empresas de turismo a aumentarem os salários, no pressuposto de terem registado lucros. É também necessário reponderar as anteriores medidas que promoveram eficazmente o consumo dos residentes, por exemplo, o cartão de consumo, a fim de revitalizar a economia, assegurando o bem-estar da população e o desenvolvimento e a estabilidade da sociedade, com o

objectivo de ultrapassar, de forma mais saudável e melhor, a fase de recuperação pós-pandemia.

José Maria Pereira Coutinho

"A crónica questão de falta de transparência e qualidade governativa"

Nestes últimos anos tem-se notado com grande frequência a falta de sensibilidade e de transparência para com as questões que afectam a qualidade de vida dos cidadãos (Escavações repetitivas e trânsito rodoviário caótico intensificando nos dias de chuva) e o uso descabido do erário público. Referimos principalmente as grandes obras e injustificadas construções públicas de duvidosa necessidade, não obstante sabermos que já não estamos a viver nos belos tempos das "vacas gordas" onde havia dinheiro em fartura para esbanjar de qualquer maneira.

O caso paradigmático são as pretensas construções com as obras do Centro Juvenil em Hac Sá Coloane, orçamentado e autorizado por este hemiciclo em cerca de 209 milhões de patacas, mas que subitamente disparou para 1.6 mil milhões de patacas englobando a construção de uma estátua de buda no valor de 42 milhões. Devido à forte reacção popular as entidades competentes abandonaram a sua construção, mas persistindo

no elevado orçamento de 1.4 mil milhões de patacas sem que até a presente data as autoridades competentes tenham dado explicações quer ao público quer a esta Assembleia Legislativa quanto ao elevado excedente orçamental. Muitos cidadãos perguntam de quem partiu a ideia do ajuste directo à construção da estátua e a quem cabe a responsabilidade deste aumento de despesa pública. Será do IAM ou da tutela?

Também não se explica que trabalhos de impacto ambiental foram executados por entidade idónea e independente que possam destruir a natureza e as árvores. Ninguém sabe donde veio a ideia de construir uma estátua tão dispendiosa e desenquadrada com a natureza do Centro Juvenil. Não se explica se as associações representativas dos profissionais de arquitetura, escultores e engenheiros foram ouvidas sobre o assunto incluindo as associações interessadas na protecção

ambiental. Foi por exemplo o Conselho Consultivo do IAM ouvido sobre esta matéria e no caso afirmativo qual foi a sua posição?

Muitos cidadãos opinaram que estas obras não deviam prosseguir até que o Governo apresente publicamente os relatórios sobre os impactos ambientais e que se evite desbaratar o erário público com obras de duvidosa utilidade e necessidade e sem prévia audição.

E para finalizar, frisar o desrespeito para com hemiciclo que nunca foi tido e havido na aprovação do excedente orçamental, nem das obras de construção sendo necessário apurar as devidas responsabilidades pelo presente fiasco que afectou a imagem do Governo e que mais uma vez demonstrou a baixa qualidade governativa e uma enorme falta de transparência e respeito pelos cidadãos e por esta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 31.07.2023

Alerta para o impacto em Macau da descarga no oceano das águas residuais nucleares do Japão

Em 2021, o Governo japonês anunciou a aprovação de um plano para libertar água radioactiva. A Companhia de Electricidade de Tóquio do Japão começou, no passado dia 12 de Junho, a testar o sistema de drenagem da água radioactiva da Central Nuclear de Fukushima Daiichi, planeando despejar as águas residuais nucleares diluídas no oceano, durante 30 anos. O acto do Governo japonês de despejar as águas residuais nucleares no oceano prejudica gravemente o ecossistema marinho, põe em risco a segurança do ambiente natural da Terra e “assassina”, de forma crónica, até a vida e a saúde do ser humano no mundo todo, acto extremamente egoísta e irresponsável.

Segundo os cálculos efectuados pelo Agência Alemã de Investigação Científica Marinha, num prazo de 57 dias a contar da data da descarga das águas residuais nucleares de Fukushima, as substâncias radioactivas vão espalhar-se por mais de metade do Oceano Pacífico; daqui a três anos, os Estados Unidos e o Canadá serão afectados pela poluição nuclear; e, daqui a dez anos, essa poluição nuclear vai espalhar-se pelas áreas marítimas do mundo todo. Em cerca de 140 dias, as correntes oceânicas que transportam poluentes nucleares vão entrar no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental, poluindo grande parte das zonas costeiras da China em dois anos.

Macau é uma cidade costeira e está intimamente ligada ao mar, e não restam dúvidas de que o despejo das águas residuais nucleares do Japão para o mar vai afectar, a longo prazo, a vida e a saúde da população de Macau. O Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) afirmou que ia suspender os pedidos de importação de produtos aquáticos, vegetais e frutas de algumas regiões do Japão, e ia exigir a outras regiões do Japão a apresentação de um certificado de inspecção de radioactividade e a aprovação na respectiva inspecção sanitária. Mas, quando as águas residuais nucleares chegam ao mar, o seu impacto é profundo e as consequências são graves, podendo até alterar o ADN do ser humano e causar complicações de cancro, e afectar a segurança das espécies de todo o mundo, uma situação impensável. Com vista a proteger a vida e a segurança dos cidadãos de Macau, o Governo deve prestar atenção aos seguintes aspectos:

Primeiro, a descarga das águas residuais nucleares no mar afecta directamente o ecossistema marinho, o que prejudica a sobrevivência dos operadores locais, nomeadamente, da pesca, aquicultura, cozinha japonesa, *hot pot* de marisco, etc.; pode ainda influenciar as variações dos preços do marisco, produtos aquáticos e sal, entre outros produtos da cadeia alimentar. O Governo deve preparar-se, antecipadamente, para enfrentar o impacto nos sectores em causa, por forma a evitar uma “vaga de encerramentos” e uma “vaga de desemprego”.

Em segundo lugar, o Governo deve estar mais atento e reforçar o controlo do nível de radiação nuclear na região de Macau e, de acordo com a lista actualizada pela Organização Mundial de Saúde de medicamentos essenciais para incidentes de radiação e nucleares,

preparar e armazenar, com antecedência, medicamentos para a prevenção, redução e tratamento da radiação exposta, a fim de prevenir eventuais riscos.

Por último, para além de reforçar o controlo e a fiscalização dos produtos alimentares importados do Japão, deve, ainda, controlar rigorosamente o local de produção dos produtos de cuidados da pele, maquilhagem, limpeza de uso diário, etc., o local de origem das matérias-primas e o nível de radiação. Quanto aos produtos importados de outros países e regiões, deve identificar com cuidado o local de origem das matérias-primas e impedir a entrada de produtos importados que não satisfaçam os critérios exigidos no mercado de Macau, pondo em risco a segurança dos cidadãos locais.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 31.07.2023

Construir uma "comunidade inteligente" e reforçar o modelo de governação comunitária

A governação dos bairros comunitários é uma parte importante da construção urbana e, com o aumento significativo do número de idosos que vivem sozinhos, é premente resolver o problema do envelhecimento da população. A grande dimensão e mobilidade populacional da estrutura urbana, a complexidade da composição humana e a falta de coesão, entre outras questões, como aproveitar bem o centro comunitário para criar uma atmosfera positiva na sociedade e criar uma cultura de boa vizinhança, tudo isto merece um reforço do modelo de governança comunitária existente.

Actualmente, o Governo colabora estreitamente com as instituições de serviços sociais, para atender às necessidades dos idosos através de diferentes formas, promovendo e divulgando activamente o espírito de ajuda mútua entre os vizinhos, e desenvolvendo diferentes tipos de actividades comunitárias e programas de entreajuda entre os idosos. No entanto, para resolver, a longo prazo, o problema do afastamento das relações entre vizinhos nas cidades, para além da divulgação contínua, é ainda necessário lançar políticas eficazes para congregar as forças da comunidade e resolver os problemas da fragmentação das estruturas comunitárias e do distanciamento social.

Ao mesmo tempo, sendo a “comunidade inteligente” um ponto de partida importante para os trabalhos de governação de base, o Governo está a acelerar, de forma activa, a construção digital e a reforçar a capacidade de colaboração dos serviços públicos. Foram abertos cerca de 600 dados cobrindo 14 áreas, como os transportes públicos, mas estes dados continuam a ter poucos efeitos práticos, o número de utilizadores é reduzido, a actualização dos dados é lenta e há falta de abertura de dados em tempo real. O Governo deve aproveitar plenamente os megadados para integrar os recursos de gestão e serviços urbanos, transformando-os num meio importante para elevar a eficiência da governação urbana.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Lançar o programa de “chefe do prédio”, com vista a prestar apoio à gestão dos bairros comunitários e a estar a par das necessidades dos seus moradores idosos. Mais, quanto aos antigos e graves problemas dos prédios em que não há assembleia de condóminos, empresa de administração predial nem fundo de reparação, isto é, sujidade, falta de reparação das instalações, infiltrações de água, fuga de corrente, etc., o “chefe do prédio” pode ser o coordenador para colmatar as falhas na gestão dos bairros comunitários em termos de abrangência e ligação, a fim de promover a harmonia social e aliviar os problemas profundos desses bairros.

2. Aproveitar bem os megadados para organizar e aumentar a capacidade de gestão dos bairros comunitários e o nível dos serviços. Por exemplo, há que recorrer ao modelo “Chefe do Prédio + Informatização”, para interligar as diversas camadas, desde logo, o

bairro comunitário, ruas, prédios e residentes, criando-se uma gestão por zonas e um sistema de gestão inteligente dos serviços comunitários, para lançar serviços e políticas consoante as necessidades do dia-a-dia dos residentes, analisadas com base nos respectivos dados. Há também que criar um sistema informático de serviços para divulgar as informações comunitárias via *internet* e prestar serviços comunitários inteligentes que facilitem a vida dos residentes, com o objectivo de alcançar uma gestão comunitária que permita uma detecção atempada do problema, uma elevada eficácia na sua resolução e uma avaliação científica após a sua ocorrência, aumentando assim o bem-estar dos residentes.

3. Reforçar a profunda integração entre as plataformas de dados abertas ao público e a liberalização dos dados em tempo real, assim como incentivar mais empresas de inovação tecnológica a desenvolver novos programas informáticos, para aumentar a capacidade da gestão comunitária nas áreas de transporte, saúde, etc., promovendo a construção e o desenvolvimento de “bairros inteligentes”.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 31.07.2023

Fazer soar o alarme sobre a governação para rectificar as práticas burocráticas

Ter por base a população, promover a abertura e transparência dos assuntos públicos e reforçar a fiscalização à utilização dos fundos públicos são os compromissos de acção governativa do actual Governo. Porém, registaram-se, recentemente, incidentes envolvendo falta de comunicação entre os diversos serviços públicos e a comunidade, falta de transparência na governação e falta de esclarecimentos sobre a utilização de fundos públicos, que suscitaram dúvidas da sociedade. Por exemplo, a construção de uma estátua de Kun Iam no reservatório de Hac Sá, a construção de “edifícios habitacionais para especialistas” em Seac Pai Van, a construção da nova Biblioteca Central, que não vai ter auto-silo público, o encerramento “permanente” de um troço da Avenida do Dr. Francisco Vieira Machado, a reparação da Estátua de Nossa Senhora e das placas da Via-Sacra na Rotunda de Seac Pai Van, etc. A concretização destas obras foi impedida devido à falta de explicações prévias claras e detalhadas, afectando mesmo a confiança da sociedade na governação deste Governo.

Perante a exigência de informações por parte da sociedade, alguns destes incidentes foram devidamente explicados ou esclarecidos, mas outros ainda não. A comunidade ainda tem dúvidas, portanto, pode imaginar-se até que ponto vão os efeitos da governação. É de salientar que os incidentes referidos revelaram, mais uma vez, as deficiências das autoridades em termos de sensibilidade à opinião pública, de transparência da informação e de rigor na governação, e fizeram soar o alarme sobre a governação. O Governo deve manter-se sempre alerta, deve reflectir aprofundadamente sobre as causas dos problemas, e deve rectificar a sua mentalidade burocrática e as más práticas de governação, de modo a evitar a repetição de incidentes semelhantes.

Em termos objectivos, o Governo não consegue realizar consultas públicas sobre tudo, mas alguns projectos que são alvo da atenção da população ou que envolvem grandes montantes do erário público devem, pelo menos, ser divulgados com antecedência, para garantir o direito do público à informação. Mais, “insistir no princípio de priorizar o serviço aos cidadãos” é uma das quatro esperanças do Presidente Xi Jinping para o actual Governo da RAEM, e tomar a iniciativa de contactar a população, conhecer a situação social e a opinião pública, e aumentar a transparência da governação são bases importantes da governação. Os projectos relacionados com a vida da população e a utilização do erário público estão estreitamente relacionados com o bem-estar de toda a população, por isso, os serviços públicos, aquando da implementação de políticas ou medidas, não podem definir planos com base na sua própria mentalidade, nem tomar decisões à porta fechada. O Governo deve consultar a população sobre as suas opiniões e necessidades e, tendo em conta as necessidades reais da sociedade e os recursos financeiros, definir projectos públicos que se adaptem às necessidades de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Face aos vícios e defeitos detectados nos recentes projectos de grande dimensão

relacionados com a vida da população, solicito aos serviços públicos que retirem os devidos ensinamentos e verifiquem se existem situações idênticas nos actuais trabalhos, que revejam, quanto antes, eventuais problemas, melhorem a situação, e evitem tomar decisões à porta fechada. Quanto aos projectos que envolvem interesse público relevante e despesas suportadas pelo erário público, sugiro aos dirigentes e chefias dos serviços públicos que recorram a todos os meios para esclarecer o público sobre os objectivos da governação e os planos de trabalho, auscultando, activa e pessoalmente, as suas opiniões, para que as políticas e medidas sejam mais pragmáticas e reconhecidas.

2. Apela-se a todas as entidades tutelares para verificarem, de forma abrangente, se os serviços públicos sob a sua tutela cumprem rigorosamente as disposições da Lei do enquadramento orçamental, nomeadamente o princípio da economia, eficiência e eficácia, bem como o da publicidade e transparência. Quanto aos projectos que envolvem grandes despesas públicas, para além da satisfação dos critérios mínimos exigidos por lei, o Governo deve otimizar os mecanismos de divulgação e de publicidade das informações sobre as despesas financeiras, elevar a transparência do uso do erário público e sujeitar-se à fiscalização da sociedade, para os recursos financeiros públicos serem utilizados de forma adequada.

3. Recentemente, o Vice-Líder Permanente do Grupo de Liderança Central dos Assuntos de Hong Kong e Macau e Director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, visitou Macau e apresentou seis exigências para o desenvolvimento da RAEM, incluindo “apresentar melhores resultados no aperfeiçoamento das capacidades e níveis de governação”. De facto, a eficácia das acções governativas dos dirigentes do Governo está estreitamente relacionada com os interesses gerais da sociedade. Por isso, se se comprovar que o pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos, ao exercerem as suas funções, implementam acções governativas que não correspondem às opiniões da população, suscitando dúvidas na sociedade, ou que existem falhas óbvias nas acções governativas, solicito ao Governo que apure as respectivas responsabilidades, para consubstanciar o princípio institucional de que “quem tem poder, tem responsabilidades” e “o poder e as responsabilidades têm de ser correspondentes”, e concretizar, eficazmente, as exigências do Governo Central quanto à boa governação do Governo da RAEM.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 31.07.2023

Recentemente, inaugurou-se a primeira ligação marítima directa entre Macau e a ilha de Guishan, via Terminal Marítimo da Taipa. Esta ligação vai promover, necessariamente, o intercâmbio económico e cultural na Grande Baía e criar uma marca turística regional. No passado, sugeri várias vezes o reforço da cooperação entre Zhuhai e Macau para o desenvolvimento do turismo económico insular, deste modo, espero que, após o normal funcionamento dessa ligação marítima, Zhuhai e Macau possam continuar a aprofundar e a reforçar a cooperação conjunta entre Macau e as ilhas existentes ao largo de Zhuhai, assim como criar um endereço de IP para o turismo insular e, através da cooperação regional, desenvolver, em conjunto, produtos turísticos multiculturais e com características distintivas de turismo insular, explorando, em conjunto, um mercado internacional de turistas.

Garantir a facilitação do trânsito entre Macau e as ilhas ao largo de Zhuhai é a chave para o sucesso da cooperação. No futuro, pode-se ponderar aumentar a frequência das ligações marítimas ou disponibilizar outros meios de transporte, por exemplo, embarcações de recreio, e com isso oferecer mais opções aos turistas. Há que reforçar a cooperação conjunta com as ilhas existentes ao largo de Zhuhai e criar um endereço de IP para o turismo insular, aproveitando plenamente as vantagens das duas regiões, e reforçar a articulação das políticas e do planeamento, criando uma marca turística insular com forte competitividade e atractividade para Macau e Zhuhai, pois isso vai trazer um maior dinamismo ao desenvolvimento económico da Grande Baía. Macau deve participar activamente na definição das políticas conjunturais, incluindo as políticas relacionadas com a conveniência do trânsito e a integração de produtos turísticos, entre outras, e, através do pleno aproveitamento das vantagens das duas regiões e da inovação de produtos e serviços turísticos, promover o desenvolvimento coordenado da indústria turística.

As duas regiões podem criar uma plataforma de partilha de dados da indústria turística, para partilhar os dados turísticos e as informações do mercado, a fim de conhecer melhor as necessidades e as preferências dos turistas; desenvolver produtos turísticos direccionados; promover, em conjunto, o turismo inteligente; fornecer informações e serviços convenientes; atrair mais e diferentes tipos de turistas, através da oferta de experiências turísticas diversificadas, permitindo-lhes experimentar, numa só viagem, os encantos das diferentes áreas da cidade, prolongar o seu tempo de permanência e abrir novos modelos e espaços do mercado turístico das duas regiões. Os dois territórios podem estabelecer contactos e cooperar com outras cidades costeiras, para promover, em conjunto, o desenvolvimento da indústria turística das ilhas.

Mais, o Governo pode lançar políticas para incentivar as PME a participarem, activamente, no desenvolvimento conjunto dos diversos sectores através do “Turismo +”, combinando a cultura e a arte, os espectáculos de entretenimento, a gastronomia e a restauração com o turismo das ilhas, para promover a cooperação e o intercâmbio das empresas turísticas das duas regiões e das indústrias relacionadas, e aumentar a diversificação e a vitalidade da economia, alcançando benefícios e ganhos mútuos regionais.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 31.07.2023

Desenvolver o papel activo dos talentos, acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e promover a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer

Hoje em dia, a concorrência mundial é, ao fim e ao cabo, a competição de talentos, e o desenvolvimento socioeconómico é, ao fim e ao cabo, o desenvolvimento integral do ser humano. O Presidente Xi Jinping afirmou que o desenvolvimento do País depende dos talentos e a prosperidade da Nação também depende dos talentos. Da mesma forma, o desenvolvimento a longo prazo de Macau depende dos talentos.

O Governo da RAEM atribui grande importância aos trabalhos relacionados com os talentos, sendo o Chefe do Executivo o presidente da Comissão de Desenvolvimento de Quadros Qualificados. O “Regime de captação de quadros qualificados” entrou em vigor no dia 1 de Julho deste ano. Actualmente, o Governo da RAEM está a aperfeiçoar as condições de candidatura e os critérios de apreciação dos respectivos projectos, introduzindo quadros qualificados de elevada qualidade, quadros altamente qualificados e profissionais de nível avançado, principalmente nas áreas de saúde, alta tecnologia, finanças modernas, convenções e exposições e comércio, cultura e desporto, entre outras.

A estrutura económica de Macau é relativamente monolítica. Com a implementação do referido regime, a competitividade dos quadros qualificados da indústria de Macau irá aumentar significativamente, acelerando o desenvolvimento das quatro indústrias-chave e promovendo o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, o que contribuirá para acelerar a construção de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Além disso, irá ainda desempenhar melhor o papel de motor de Macau como uma das cidades centrais da Grande Baía, promovendo uma melhor integração de Macau no desenvolvimento nacional, assegurando o desenvolvimento sustentável a longo prazo da sua economia e da sociedade, e a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau.

Reforçar os trabalhos na área dos recursos humanos: há que reforçar a importação e o retorno de quadros qualificados, bem como a preparação de quadros qualificados locais. Há que realizar estudos aprofundados, para melhorar a definição e a concretização dos planos de médio e longo prazo. Atendendo ao desenvolvimento das quatro indústrias cruciais, há que maximizar o papel positivo das instituições de ensino superior, incentivando a abertura de mais cursos compatíveis com esse desenvolvimento, e a respectiva candidatura por parte de alunos locais, para reforçar a formação de quadros locais.

Há que reforçar as orientações para o ingresso nas quatro principais indústrias, nomeadamente, orientações prospectivas para as escolas de ensino secundário, e o incentivo para os finalistas do ensino secundário se candidatarem aos cursos das universidades do Interior da China e do estrangeiro, e obterem as certificações das respectivas áreas. Isto para os graduados poderem contribuir com o conhecimento e a

inteligência para a diversificação económica “1+4”, no sentido de garantir a localização dos quadros e um melhor desenvolvimento profissional dos jovens locais.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong, Vong Hin Fai e Chan Iek Lap em 31.07.2023

Prevenção e combate à burla para garantir a segurança dos bens dos residentes

Recentemente, têm-se registado muitas burlas, incluindo burla cibernética, que são reportadas pelos média quase todos os dias. Com a adopção de medidas de "dissuasão de remessas suspeitas" e de "suspensão urgente do pagamento" por parte dos serviços competentes do Governo, em conjunto com os bancos e os serviços policiais das regiões vizinhas, no primeiro trimestre, conseguiram-se efeitos em 168 casos envolvendo mais de 54 milhões de patacas, o que, porém, demonstra que a situação continua muito grave.

Por exemplo, nas burlas telefónicas, a de “polícia, ministério público e tribunal” é o tipo mais comum, e o principal problema da população é a falta de conhecimentos jurídicos, pois a mesma não sabe que a polícia, o ministério público e os tribunais do Interior da China não tratam de crimes através de telefone ou *internet*, portanto, a prevenção é difícil.

Além das burlas telefónicas, são frequentes os casos de burla associados ao desenvolvimento de elementos não-jogo. Por exemplo, devido à realização frequente de concertos, os delinquentes aproveitam a oportunidade para obterem transferências bancárias com a alegada venda de bilhetes *online*. Segundo os dados da comunicação social, entre Janeiro e Maio de 2023, a Polícia Judiciária recebeu 65 casos de burla relativos à compra *online* de bilhetes para concertos, envolvendo cerca de 750 mil patacas. Há que combater rigorosamente estes casos, caso contrário, o desenvolvimento dos sectores relacionados e da economia turística será gravemente afectado, prejudicando-se a imagem turística de Macau.

Além disso, com o desenvolvimento contínuo da inteligência artificial (AI), o Governo precisa de prestar muita atenção aos casos de “burla com troca de rosto através da AI”. Segundo informações do Interior da China sobre a “burla com troca de rosto através da AI”, os burlões podem, simplesmente, utilizar técnicas inteligentes para trocar rostos e simular sons, fingindo-se amigos, e iniciam conversa por vídeo no WeChat para burlar as vítimas. Independentemente de se terem registado ou não casos destes em Macau, os ocorridos no Interior da China são suficientes para chamar a atenção dos nossos serviços competentes.

Para prevenir e combater, com eficácia, a burla telefónica e garantir a segurança dos bens dos residentes, apresento as seguintes sugestões:

Pensar em reforçar a realização periódica de acções de divulgação jurídica na comunidade e entre os estudantes universitários

Para evitar que os residentes sofram prejuízos patrimoniais devido aos casos em que se fazem passar por funcionários de serviços públicos, os serviços competentes podem pensar em deslocar-se periodicamente aos bairros comunitários para divulgar a lei junto da população, para esta conhecer melhor os procedimentos legais adoptados pelos serviços

competentes do Interior da China, eliminando-se, assim, pela raiz, a possibilidade de os residentes serem burlados. Entretanto, neste ano, cerca de metade das vítimas de burla telefónica são estudantes do ensino superior, portanto, os serviços devem deslocar-se periodicamente às escolas para divulgar e sensibilizar os estudantes universitários sobre a prevenção de burla, a fim de reforçar a sua consciência e de elevar o seu alerta, evitando que caiam na armadilha das burlas.

Ponderar criar uma *app* contra a burla, à semelhança do que acontece no Interior da China

Para prevenir e combater as burlas, o Ministério da Segurança Pública do Estado lançou, em 2021, a “*app* do centro nacional contra a burla”. Os resultados são satisfatórios e a mesma tornou-se numa arma eficaz contra a burla na sociedade actual do Interior da China. Os serviços competentes devem tomar como referência as experiências e modelos do Interior da China e, em conjugação com a realidade social de Macau, criar uma *app* contra a burla, específica para Macau, para melhorar o respectivo combate.

Ponderar elaborar projectos para prevenir e combater novas formas de burla, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico e tecnológico

Sugere-se aos serviços competentes que reforcem a comunicação, o intercâmbio e a cooperação com o sector cultural e recreativo, estudando medidas eficazes para combater a burla na transferência ou remessa de dinheiro relativas à venda de bilhetes para concertos. Quanto à “burla através da troca de face com a inteligência artificial”, os serviços competentes devem considerar, em tempo oportuno, a possibilidade de trocar experiências com as autoridades policiais do Interior da China no combate à burla, para definirem as respectivas medidas de combate.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 31.07.2023

Persistir no rumo correcto e aperfeiçoar a preparação de quadros

A industrialização do ensino superior tem merecido, nos últimos anos, elevada atenção e consenso da sociedade, e já conseguiu uma dimensão razoável e resultados económicos notórios.

Face à diversificação adequada “1+4” e à entrada em vigor do Regime jurídico de captação de quadros qualificados, se o ensino superior, sob a premissa de garantir plenamente os direitos e interesses dos jovens locais no acesso à educação, ultrapassar os diversos condicionalismos, e tiver uma maior abertura para os estudantes do Interior da China e do estrangeiro, por exemplo, para aprenderem a língua chinesa e conhecerem a cultura chinesa, é possível garantir o desempenho do papel de Macau como bastião no intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente, em prol da estratégia cultural do nosso País. No aspecto económico, se tivermos 100 mil estudantes do exterior, é como ter 100 mil “turistas” por dia, e o consumo no seu dia-a-dia, as propinas, e as despesas culturais e recreativas vão trazer uma receita fixa para Macau. Os benefícios não são só económicos.

No seu relatório do 20.º Congresso Nacional, o Secretário-Geral Xi Jinping salientou que “a educação, a ciência e a tecnologia e os talentos são o suporte fundamental e estratégico para a construção global de um país socialista moderno”. No novo modelo de desenvolvimento integrado “três em um” da China, o desenvolvimento do sector do ensino superior de Macau está centrado na formação de talentos e na promoção da investigação científica, para além dos factores económicos.

O aumento do número de estudantes estrangeiros admitidos em cursos de licenciatura pode atenuar o problema de alunos insuficientes nalguns cursos devido à redução da taxa de natalidade em Macau. O aumento do número de estudantes em cursos de pós-graduação contribuirá para enriquecer os programas curriculares e incentivar os estudantes a aperfeiçoarem-se mediante produção, ensino e investigação, o que, por um lado, lhes proporcionará um espaço de aprendizagem e prática e, por outro, trará mais resultados da investigação científica para Macau, matando assim dois coelhos de uma cajadada. O desenvolvimento do ensino superior pode proporcionar mais postos de ensino e atrair os residentes de Macau com capacidade e experiência, para voltarem a ensinar e a contribuir para Macau.

O Regime jurídico de captação de quadros qualificados visa atrair e captar quadros qualificados de elevada qualidade, quadros altamente qualificados e profissionais de nível avançado, elevar a capacidade de inovação, a competitividade e o prestígio internacional da RAEM, bem como apoiar a construção da diversificação adequada da economia “1 + 4”. Além disso, podemos estudar a possibilidade de permitir que os estudantes que terminem os estudos em Macau, depois de preencherem determinados requisitos, possam ser autorizados a permanecer e a desenvolver-se em Macau, para criar uma sociedade mais dinâmica, criativa, aberta e tolerante, em prol do bem-estar de Macau. Isto porque, primeiro, eles têm conhecimento concreto de Macau durante a sua formação académica; e,

segundo, pode ser feita uma avaliação mais objectiva a partir do seu desempenho nos estudos em Macau e dos resultados das suas investigações. Na minha opinião, isto pode ser considerado como um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos locais, servindo de “catalisador para a diversificação adequada do desenvolvimento ‘1 + 4’”, complementando-se com o referido Regime.

O desenvolvimento do ensino superior de Macau depende do apoio do Governo Central e do Ministério da Educação. O acompanhamento reforçado pelo Governo Central quanto ao desenvolvimento global da educação de Macau garante à região a solução dos problemas fundamentais, como o tipo de formação dos talentos e para quem se destinam, no domínio do rumo correcto que contribui para a implementação estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas”, a formação de mais quadros qualificados com amor à Pátria e a Macau, e a integração de quadros de alta qualidade na conjuntura do desenvolvimento nacional.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 31.07.2023

Criar um ambiente social favorável à natalidade para garantir recursos humanos

No ano passado, a taxa de natalidade de Macau foi apenas de 6,4 milésimos, o valor mais baixo desde que há registos. Uma taxa de natalidade excessivamente baixa vai acelerar a evolução de Macau rumo a uma estrutura social envelhecida e terá impacto directo no desenvolvimento do mercado de trabalho. Com a falta de mão-de-obra, as empresas têm de procurar complemento de mão-de-obra no exterior, e a falta de sucessores impossibilita os profissionais experientes de se reformarem, o que não favorece o desenvolvimento saudável dos sectores. Assim, é premente concretizar políticas de incentivo à natalidade, de modo a garantir os recursos humanos necessários para o desenvolvimento de alta qualidade de Macau.

Especialmente na estrutura económica de Macau, em que predominam as PME e microempresas, muitas delas são muito pequenas, têm 2 a 3 pessoas, e muitos jovens empreendedores individuais, na sua maioria, em idade de casar e de engravidar, devido à pressão económica e ao facto de estarem muito ocupados com a sua carreira profissional, estas forças dominantes da procriação não conseguem focar-se em desenvolver a sua família. E a falta de alguém para cuidar dos bebés e crianças é um dos factores principais que impede os casais jovens de ter filhos.

Mas, como o desenvolvimento demográfico é uma prioridade da construção social, o envelhecimento da força laboral não é um problema que os empresários e os empreendedores possam resolver, portanto, espero que o Governo assuma a iniciativa de incentivar a natalidade, e que promova mais políticas favoráveis, para acelerar a criação de um ambiente social mais amigável da procriação e aumentar a vontade de casar e ter filhos das pessoas em idade adequada. Felizmente, o Governo da RAEM tem dado muita importância à educação, e à política de 15 anos de escolaridade gratuita, reduzindo bastante a pressão das famílias com os custos da educação dos filhos. As políticas de incentivo à natalidade devem ser as mesmas, deve apoiar-se a educação e a procriação ao mesmo tempo, evitando o fenómeno de “políticas favoráveis para alunos que não existem”, para se promover, assim, o desenvolvimento saudável da estrutura demográfica de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto à redução dos custos para ter filhos - consta que, desde a implementação das “Medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade”, em Maio de 2020, o Fundo de Segurança Social aprovou anualmente mais de 400 pedidos, envolvendo um montante anual de 4,4 milhões de patacas. Isto demonstra que o número de mulheres profissionais que necessitam de subsídio remunerado não é muito elevado, não constituindo, portanto, grande encargo para as finanças públicas do Governo. No entanto, a reacção da sociedade em relação a esta política foi muito positiva. Sugiro ao Governo que, após o período de revisão, mantenha este subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, e que continue a apoiar as empresas a incentivarem os seus

trabalhadores a ter filhos.

2. Quanto à redução dos custos para criar filhos - a contratação de empregadas domésticas, o recurso às creches, por não poderem cuidar dos seus bebés e crianças pessoalmente, e até um dos pais reduzir a carga horária de trabalho ou deixar de trabalhar, o que significa uma redução significativa dos rendimentos, são factores que levam ao aumento dos referidos custos. Assim, propõe-se que, para além do actual “subsídio de nascimento”, se tome como referência o conceito do “plano de subsídio para cuidadores”, no sentido de atribuir um “subsídio para pais” àqueles que fiquem em casa para cuidar dos filhos, com vista a aliviar os encargos económicos da família durante esse período. Ao mesmo tempo, sugere-se a implementação de uma “política de importação de mão-de-obra” mais flexível, para os empresários poderem preencher, de forma mais flexível, as vagas de recursos humanos a curto prazo, criando condições para os trabalhadores poderem ponderar o equilíbrio entre a família e o trabalho, e promover a criação dum ambiente social favorável à natalidade.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 31.07.2023

Rever as políticas demográficas e manter a dinâmica económica

Actualmente, o Governo está a elaborar o “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da RAEM (2024-2028)”, a fim de introduzir novas forças motrizes no desenvolvimento económico de Macau. Mas a estrutura demográfica, estreitamente relacionada com o desenvolvimento económico, apresenta uma tendência para o envelhecimento populacional e a baixa natalidade. A taxa de natalidade anual de 2022, divulgada há meses pela DSEC, desceu para 6,4 por mil, a mais baixa desde 1985, ano de início do seu registo. Em 2022, nasceram apenas 4344 bebés, isto é, houve uma redução anual de 682. É constante o aumento da mediana da idade do primeiro casamento dos homens e das mulheres. Mais, a percentagem da população idosa, isto é, com idade igual ou superior a 65 anos, aumentou para 13,3 por cento, enquanto a da população adulta entre os 15 e os 64 anos desceu para 72,6 por cento. O índice de envelhecimento aumentou para 94,4 por cento, o que demonstra que o número da população idosa se aproximou mais do da população infantil. A taxa de natalidade de Macau tem estado, há anos, aquém do nível de substituição (cerca de 2,1), ou seja, cada casal tem menos de dois filhos, o que acarreta impactos negativos para o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo. Mais, com o agravamento do envelhecimento populacional, a consequência é o aumento dos encargos decorrentes das necessidades de serviços sociais e dos cuidados de saúde, para além dos demais problemas daí surgidos, por exemplo, a diminuição da população activa. No nosso país, com uma sociedade envelhecida, a estrutura demográfica também está a sofrer alterações gigantescas, pois as baixas taxas de natalidade, morte e crescimento natural passaram a ser uma normalidade, portanto, são cada vez mais complexas as questões demográficas. Quanto às previsões internacionais relativas à taxa de natalidade, os países e regiões que se encontram nos últimos cinco lugares do respectivo “ranking” são da Ásia, incluindo Taiwan, China; Coreia do Sul; Singapura; Macau, China; e Hong Kong, China.

Face ao problema da estrutura demográfica, em Julho de 2015, o Governo publicou o relatório de estudo sobre a política demográfica de Macau, que tem como objectivo a defesa dos interesses dos residentes, a promoção do desenvolvimento contínuo da sociedade e a elevação da competitividade global de Macau. Foram apresentadas várias sugestões para criar uma vida de qualidade, aumentar a qualidade demográfica, cuidar plenamente dos idosos, criar um melhor ambiente para ter filhos, e aproveitar, procurar e complementar a mão-de-obra. Passados oito anos, algumas propostas foram concretizadas, o que contribuiu para aliviar os problemas da estrutura demográfica, mas a situação continua a ser grave e não está resolvida de forma radical. Pelo exposto, apresento o seguinte:

1. Em relação a Macau, que se encontra num período de promoção da diversificação adequada da economia, é necessário rever a política demográfica de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento social, para manter a vitalidade económica.
2. Estudar o lançamento de medidas complementares de incentivo à natalidade. A

continuidade da próxima geração é um assunto social e tem a ver com o interesse público de toda a sociedade. Sugere-se que o Governo tome como referência as práticas avançadas dos países estrangeiros para definir políticas de subsídios específicos: 1. alargar os tipos de subsídios específicos para os filhos, por exemplo, para a educação, cuidados de saúde, entre outros; 2. o subsídio específico para os filhos deve reflectir uma diferenciação, por exemplo, o montante deve ser diferente para as diferentes fases de crescimento. Ao mesmo tempo, deve criar-se um número de vagas para as famílias com várias crianças, de acordo com o número de filhos; 3. deve reforçar-se o apoio aos grupos vulneráveis, por exemplo, podem definir subsídios mais elevados para as famílias monoparentais e as famílias pobres do que os das famílias normais, criando um bom ambiente de fertilidade, para que os casais jovens tenham mais vontade de ter filhos. Os respectivos custos sociais devem ser suportados conjuntamente pelo Governo e pela sociedade em geral.

3. Estudar medidas para a optimização da estrutura demográfica. A maioria dos países e regiões tem registado uma queda drástica no número de recém-nascidos. Embora os serviços públicos tenham recorrido a meios extravagantes para elevar a taxa de nascimento, os resultados não foram satisfatórios. É inegável que, na sociedade moderna, a mudança de mentalidade, a desigualdade de género e a grande pressão económica, entre outros factores, levam os jovens a recusar a procriação, por isso, a optimização da estrutura demográfica por outras formas é uma opção inevitável.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 31.07.2023

Incentivar os residentes a terem filhos para promover o crescimento populacional

A descida da taxa de natalidade é um problema e um desafio com que se deparam muitos países e regiões, portanto, os seus governos lançaram medidas para incentivar a procriação, por exemplo, atribuíram subsídios às famílias com muitos filhos e prorrogaram a licença de maternidade remunerada, mas os resultados não foram satisfatórios.

Ter ou não ter filhos é, para as famílias, uma opção pessoal que implica muitos factores complexos. É inegável que, na sociedade moderna, muitos conceitos mudaram e o enfraquecimento, por parte do regime de segurança social para idosos, da função das famílias relativa aos cuidados dos idosos leva as pessoas a perderem, gradualmente, a ideia de “ter filhos para ter protecção na velhice”. O custo da criação das crianças é elevado. Segundo o Relatório sobre os custos de procriação na China de 2022, o custo médio para sustentar uma criança até à sua licenciatura era de 627 mil; em Hong Kong e Macau, o custo é mais elevado, pois, segundo algumas estimativas, em Hong Kong, são necessários 6 milhões de dólares de Hong Kong para criar uma criança até à sua graduação aos 22 anos de idade. Assim, a pressão económica é um dos factores que levam os jovens a recusarem ter filhos.

Além disso, no vestuário, alimentação, habitação e transportes, a “habitação” é uma parte muito importante. Os preços dos imóveis são elevados e é difícil adquirir uma habitação pública, por isso, os jovens, se calhar, têm de dedicar toda a vida para conseguirem uma habitação ideal. Perante esta realidade social, uma vez que os jovens já sentem dificuldades em sustentar-se, como podem pensar em ter filhos? Assim sendo, apoiar as famílias jovens na aquisição, o mais rápido possível, de habitação, é um dos meios eficazes para incentivar os residentes a terem filhos.

Tal como afirmaram os Deputados Chui Sai Peng e Ip Sio Kai, a procriação é não só um assunto familiar, mas também um assunto nacional e social. Os diversos sujeitos, como o Governo, a sociedade, as empresas e as famílias, têm responsabilidades comuns. Deve-se criar, quanto antes, um mecanismo para assumir em conjunto os custos de ter e criar filhos, aliviando os conflitos entre a reprodução e o emprego para as mulheres, pois assim é possível promover a igualdade das mulheres no emprego e reunir forças para criar um ambiente favorável à procriação.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. As decisões relativas à procriação são mais influenciadas pelas condições materiais das famílias, por isso, sugere-se ao Governo que optimize e aperfeiçoe, de forma contínua, o regime do subsídio de maternidade. Por exemplo, a remuneração dos 14 dias de licença de maternidade continuava a ser subsidiada pelo erário público, e as famílias que têm filhos nos três anos depois do casamento podiam requerer um subsídio pecuniário, para aliviar a pressão económica das famílias e aumentar a vontade de ter filhos.

2. Sugere-se ao Governo que, através da optimização da política de habitação, conceda um subsídio de habitação às famílias jovens, ou que ser família jovem seja um dos requisitos de obtenção de mais pontos para a candidatura a habitação do Governo, e que tome como referência as práticas de outros países, por exemplo, a Rússia fornece subsídios de habitação às famílias jovens, e a Coreia do Sul disponibiliza habitação para os recém-casados com baixos rendimentos, para aliviar os encargos com a habitação por parte das famílias jovens.

3. Proponho ao Governo que seja o primeiro a dar apoio, para incentivar as empresas com condições a disponibilizarem instalações de apoio às trabalhadoras lactantes, por exemplo, a criação de salas de amamentação e a flexibilização da licença de maternidade para tomar conta dos bebés. O Governo deve atribuir subsídios às empresas que dão apoio às trabalhadoras lactantes, incentivando-as a prestar atenção às necessidades das mulheres, para garantir a passagem suave da maternidade e o regresso sem sobressaltos ao mercado de trabalho.

4. Prestar apoio na educação pré-escolar e no acesso ao ensino. Há que investir mais na educação pré-escolar, aumentar o nível dos professores, aperfeiçoar o acesso ao ensino e reforçar a orientação para a educação familiar, no sentido de criar um melhor ambiente da educação pré-escolar e mais oportunidades de escolaridade. Tudo isto, para garantir a motivação, segurança, confiança dos jovens e boas condições para incentivar o casamento e a natalidade.